

Aureliano e o Congresso querem gastar

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, assim como o Congresso Nacional (ver matéria ao lado), não quer saber de reduzir gastos. E está dando provas disso na negociação com os petroleiros, que ameaçam entrar em greve no próximo dia 13 caso não seja atendida a reivindicação de reajustes salarial de 220%. Aureliano não concorda com este índice, mas já disse, através de assessores, que vai fazer um esforço político para conseguir um pouco mais que o limite estabelecido pelo governo em lei, que é de 63%. A idéia do ministro é tentar convencer o presidente Sarney para que haja uma maior flexibilidade na aplicação do Decreto-Lei nº 2.335, que proíbe reajustes superiores à variação do IPC.

Apesar de descartar desde logo os 220% pretendidos pelos petroleiros, Aureliano reconhece que eles têm o direito de pedir mais que os 63% obtidos pela variação do IPC anual descontados os adiantamentos das URPs. Para o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que participa com Aureliano das negociações, "todos têm de compreender que este é um momento difícil para o governo, marcado pela necessidade de controlar o déficit público". Na opinião de Pazzianotto, o governo não poderá ir além dos 63% permitidos em lei.

Os representantes dos 17 sindicatos de petroleiros decidiram ontem recusar a sugestão do ministro Aureliano Chaves, de entrar com um pedido de dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho, mesmo com a garantia, dada por Aureliano, de terem assegurado o cumprimento do acordo coletivo de 87. "Não entraremos com o pedido de dissídio porque a partir do momento em que o fizermos estaremos desmobilizando a categoria para a greve do dia 13", justificou o presidente do Sindipetro de Cubatão, Santos e São Sebastião, Geraldo Silvino.

Todos os líderes sindicais decidiram ainda dar continuidade aos preparativos para a greve.

"Apesar de todos os preparativos", disse Silvino, "ainda esperamos que o governo atente para a gravidade da crise social que pode decorrer da greve na Petrobrás". Em sua avaliação, "o governo tem que ceder" para impedir a deflagração de um movimento cujas proporções nenhum setor pode prever.

Os funcionários da Petrobrás e do Banco do Brasil, que estão reivindicando reajustes salariais acima do IPC, podem ter chances na Justiça do Trabalho. O presidente do TST, ministro Marcelo Pimentel, disse ontem que acredita numa possibilidade de interpretação da lei em favor dos trabalhadores. "O TST vai julgar, e cabe ao tribunal interpretar a lei. Se encontrarmos base legal, o reajuste será dado aos trabalhadores", disse Pimentel.

Segundo o ministro, desta vez o TST não terá de entrar no mérito da constitucionalidade ou não do Decreto-Lei nº 2.425, que congelou a URP dos funcionários das estatais nos meses de abril e maio. Caso os dissídios coletivos dos petroleiros e dos bancários do Banco do Brasil sejam julgados pelo TST, o pagamento da URP de maio estará garantido, pois o próprio decreto prevê a sua restituição nas datas-base.

Garantida a URP de maio, o TST deve estudar propostas superiores às oferecidas pelo governo. No caso dos bancários, a reivindicação é de um reajuste de 381%, sob ameaça de greve no dia 14, e o governo está oferecendo 120,42%, correspondentes ao IPC de 12 meses. "O TST vai propor acordos e depois julgar. Caberá ao governo dizer se aceita a proposta do tribunal ou se acata a decisão judicial após o julgamento", afirmou o presidente do TST. Na próxima segunda-feira, Pimentel deverá tentar um acordo entre o Banco do Brasil e seus funcionários, para evitar a greve. Ontem, em Brasília, eles começaram a analisar as propostas de greve imediata, paralisação após a promulgação da nova Carta ou apenas uma "operação-padrão".



Aureliano quer mais flexibilidade

Arquivo